



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11746/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-CEMA
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Sra. Andreyly de Córdova (Período de 01/01/2017 à 08/02/2017), do Sr. Heverton Ribeiro Araújo (Período de 09/02/2017 à 18/04/2017), do Sr. Erick Barbosa de Carvalho Araújo (Período de 19/04/2017 à 04/10/2017), e do Sr. Olavo Tapajós (Período de 05/11/2017 à 31/12/2017)
- 6- **Advogado:** Yuri Dantas Barroso - OAB/AM 4237, Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes - 4976, Alexandre Pena de Carvalho - OAB/AM 4208, Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666, Clotilde Miranda Monteiro de Castro - OAB/AM 8888, Carlos Edgar Tavares de Oliveira - OAB/AM 5910, Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM 12868, Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior - OAB/AM 14182 e Katiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1045/2023-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-CEMA. Exercício de 2017.

*Determinação. Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Alcance.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** a revelia **Sr. Erike Barbosa de Carvalho Araújo**, Diretor–Presidente da CEMA e Ordenador de Despesas (período de 19.04.2017 a 04.10.2017), nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Determinar** a revelia do **Sr. Olavo Celso Tapajós Silva**, Diretor–Presidenteda CEMA e Ordenador de Despesas (período de 05.10.2017 a 31.12.2017), nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo88 da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Erike Barbosa de Carvalho Araújo,** responsável pela Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-CEMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 17130), na qualidade de Diretor-Presidente da CEMA e Ordenador de Despesas (período de 19.04.2017 a 04.10.2017), nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Olavo Celso Tapajós Silva,** responsável pela Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-CEMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 17130), na qualidade de Diretor-Presidente da CEMA e Ordenador de Despesas (período de 05.10.2017 a 31.12.2017), nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.5. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Heverton Ribeiro Araújo,** responsável pela Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-CEMA, referente ao exercício de 2017 (U.G: 17130), na qualidade de Diretor-Presidente da CEMA e Ordenador de Despesas (período de 09.02.2017 a 18.04.2017), nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.6. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Andrely de Cordova,** Diretora-Presidente da CEMA e Ordenadora de Despesas (período de 01.01.2017 a 08.02.2017), nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE.
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Erike Barbosa de Carvalho Araújo,** no valor de 6.827,19 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, por atos ilegítimos/ antieconômico que resultou em injustificados danos ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002- TCE/AM, em razão da impropriedade correlacionada no item



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

de 09 (nove) da Fundamentação do Voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Olavo Celso Tapajós Silva**, no valor de R\$ 6.827,17 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, por atos ilegítimos/ antieconômico que resultou em injustificados danos ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão da impropriedade correlacionada no item de 10 (dez) da Fundamentação do Voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.9. Aplicar Multa ao Sr. Heverton Ribeiro Araújo**, no valor de R\$ 3.413,60 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, no caso de contas julgadas irregulares de que não resultou débito ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso III, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionadas nos itens 07 (sete) e 08 (oito) da Fundamentação do Vot, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.10 Aplicar Multa ao Sr. Andrely de Cordova**, no valor de R\$ 1.706,80 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, em razão da impropriedade correlacionada no item de 04 (quatro) da Fundamentação do Voto -, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.11 Considerar em Alcance ao Sr. Erike Barbosa de Carvalho Araújo**, no valor de R\$ 2.555.636,09 e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, em razão da Impropriedade nº. 09 (nove); tudo em consonância com o artigo 304, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.12 Considerar em Alcance ao Sr. Olavo Celso Tapajós Silva**, no valor de R\$ 19.707,16 e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, em razão da Impropriedade nº 09 (nove), na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL





**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

– ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.13 Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.13.1.** pendências nas conciliações bancárias, conforme dados extraídos do Sistema; AFI;

**10.13.2.** ausência da Apresentação do Inventário de Bens Patrimoniais;

**10.13.3.** divergência entre o saldo total do inventário do estoque de materiais existentes (R\$ 44.125.424,84) e o Saldo constante na Conta “Estoques” no Balanço Patrimonial (R\$ 44.268.856,84), o que demonstra descontrole quanto à principal atividade desempenhada pela CEMA, que seria a estocagem e distribuição de medicamentos;

**10.13.4.** indícios de fragmentação de despesas;

**10.13.5.** Ausência de justificativas para as Despesas discriminadas no Elemento de Despesa “Indenizações”, e ainda se nos casos relacionados foi firmado Termo de ajustes com a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas pelo prestador dos serviços;



**ACÓRDÃO Nº808/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.13.6.** ausência de justificativas para os Medicamentos relacionados com a Data de Validade vencida, conforme dados extraídos do Relatório “Estoque Posição Produto”, datado de 11/12/2018, uma vez que nas especificações do Produto descreve que os dados do paciente cadastrado serão enviados para o setor responsável da empresa contratada, ou seja, o produto é personalizado, o que leva esta unidade técnica a conclusão de que, uma vez vencida a data de validade, o produto torna-se inservível, o que acarretará prejuízo para a administração pública;

**10.14 Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral